



A espacialidade da rua: o caso da Parada do Orgulho LGBTQIA+ do Sul de Minas, em Alfenas

The spatiality of the street: the case of the Sul de Minas LGBTQIA+ Pride Parade in Alfenas

José Luiz Alves Neto* ✉ ; Sandra de Castro de Azevedo ✉ ; Marta Gouveia de Oliveira Rovai ✉

Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, Brasil.

E-mail: sandra.azevedo@unifal-mg.edu.br (SCA); marta.rovai@unifal-mg.edu.br (MGOR).

*Email para correspondência: jose.alves@sou.unifal-mg.edu.br

Recebido (Received): 05/06/2024

Aceito (Accepted): 25/08/2025

Resumo: A rua permite que diferentes trajetórias se intersectem no transcurso do cotidiano. Quando sujeitos e coletivos tomam as ruas como forma de festa e reivindicação, a espacialidade do fenômeno rompe com o ordinário e o programado. A rua torna-se a plataforma e o instrumento da ação política. Neste sentido, este artigo se ocupa em discutir o uso da rua por meio da realização da Parada do Orgulho LGBTQIA+ do Sul de Minas, em Alfenas, localizada na porção sul/sudoeste de Minas Gerais. A hipótese de trabalho é que a apropriação da rua pela Parada faz emergir a contradição entre valor de uso e valor de troca, pois, mesmo ancoradas em relações político-econômicas, cria as condições de possibilidade de uma apropriação inventiva baseada nas expressões de gênero e sexualidade, rechaçadas do alto circuito econômico. Na medida em que as paradas funcionam, é estabelecido o ritual social por meio de seus elementos constitutivos: a escolha do lugar de aglomeração, o percurso do acontecimento e o lugar de dispersão. Para tanto, o artigo está pautado numa perspectiva lefebvreviana, na qual a humanidade é produto e produtora de sua própria obra: a cidade. Os resultados indicam que o uso da rua pela parada requalifica o urbano na medida em que ela é apropriada pela coletividade, por meio de seus corpos e símbolos, em prol de um conjunto de reivindicações materiais e condições dignas de vida.

Palavras-chave: Movimento LGBTI+; Cidades médias; Espaço geográfico; Cotidiano.

Abstract: The street allows different trajectories to intersection in the course of everyday life. Now when individuals and collectives occupy the streets as a form of celebration and claims, the spatiality of the aspect breaks with the ordinary and the programmed. The street becomes the platform and instrument of political action. In this sense, this article discusses the use of the street through the holding of the Sul de Minas LGBTQIA+ Pride Parade, in Alfenas, located in the south/southwest portion of Minas Gerais. The working hypothesis is that the appropriation of the street by the parade brings to light the contradiction between use value and exchange value, because even based on political-economic relations, it creates the conditions for the possibility of an inventive appropriation based on expressions of gender and sexuality rejected from the high economic circuit. As the parades function, the social ritual is established through its constituent elements: the choice of the gathering place, the route of the event and the place of dispersion. For this purpose, the article is based on a Lefebvrevian perspective, where humanity is a product and producer of its own work, the city. The results indicate that the use of the street by the parade requalifies the urban, as it is approached by the community through their bodies and symbols in favor of a set of material claims and dignified living conditions.

Keywords: LGBTI+ Movement; Medium-sized cities; Geographical space.

1. Introdução

A ocorrência das Paradas do Orgulho LGBTI+ no Brasil marcam uma das formas de luta do Movimento LGBTI+. Trata-se de uma estratégia espacial de visibilidade massiva que se utiliza das ruas, parques e praças públicas como plataformas e instrumentos para ação política (MOREIRA; MAIA, 2017).

O modelo das paradas remonta a uma série de problemas sociais vinculados ao reconhecimento, visibilidade e participação social. Neste sentido, tomar as ruas foi uma estratégia encontrada para confrontar o *status quo* da instituição cisheterossexista, mediante a própria contestação das relações sociais do sistema capitalista baseadas no modelo da família cisheterossexual burguesa.

No ano de 2007, a edição impressa do jornal local de Alfenas noticiou que a Parada do Orgulho GLBT do Sul de Minas, realizada pelo Movimento Gay de Alfenas (MGA), levou cerca de 25 mil pessoas às ruas (JORNAL DOS LAGOS, 2007). Naquele período, segundo os dados do IBGE, a população residente da cidade era de 73.774 pessoas. Apesar das possíveis extrapolações no quantitativo de pessoas, é inegável que a capacidade organizativa do MGA produziu, naquele momento, um acontecimento extraordinário, na qual as ruas do centro da cidade foram tomadas por cores e corpos marchando em prol de direitos civis e identitários. Na realidade, à medida que as ruas foram sendo tomadas, os resíduos do encontro e do inesperado virtualmente encarnavam as vidas daqueles e daquelas que ali estavam.

Toma-se, portanto, a concepção de rua enquanto lugar do imprevisto e esfera do encontro a partir das obras de Henri Lefebvre. Este autor, com uma vasta contribuição nas discussões sobre a cidade e o urbano, também expressou com profundo empenho que as formas de reprodução social no cotidiano são produtoras de roteiros e controles sociais (LEFEBVRE, 1999). A constante dilapidação do urbano produziu um empobrecimento da experiência prático-sensível na vida urbana, fazendo as ruas passarem de um “lugar do inesperado” para um “lugar de consumo” e “consumo dos lugares”. No entanto, grupos e coletivos organizados em prol da cidade e pela cidade buscam reafirmar a importância deste espaço para a realização da vida social coletivizada. Como já apontando por DaMatta (1997) e outros teóricos, a rua desempenha um papel importante para romper a individualização dos sujeitos e, no caso brasileiro, é uma das marcas da identidade social no país.

O objetivo principal deste artigo é discutir o uso da rua a partir da Parada do Orgulho LGBTQIA+ de Alfenas/MG como estratégia espacial de apropriação do espaço. Além disso, objetivamos apreender a produção das próprias contradições no processo de espacialização da Parada pela rua. Ambos os objetivos estão articulados às metodologias de pesquisa qualitativas, por intermédio do uso da pesquisa documental e dos procedimentos da História Oral (MEIHY; HOLANDA, 2023).

É importante mencionar que ao longo do artigo siglas como GLBT, LGBTQIA+, LGBT+, LGBTI+, serão utilizadas atendendo ao momento histórico ao qual pertencem. Para facilitar a leitura, a sigla LGBTI+ será utilizada somente em referência ao Movimento LGBTI+, uma vez que conforme o próprio coletivo de sujeitos sugere, essas identidades possuem uma historicidade pautada na luta e na defesa de seus direitos (FACCHINI, 2012). A sigla LGBTQIA+ refere-se ao conjunto de identidades sexuais e de gênero que não estão em conformidade com a sociedade burocrática e normalizadora. Por fim, GLBT é utilizada para se referenciar ao movimento brasileiro em meados da década de 1990.

2. Metodologia

Metodologicamente, utilizamos dos procedimentos da História Oral, para a produção e a análise das fontes. As narrativas utilizadas são de membros e ex-membros do MGA, que versionam sobre as memórias da Parada do Orgulho LGBTQIA+ do Sul de Minas. As narrativas estão arquivadas no Acervo de Memória e História do Orgulho LGBTQIAP+ no Sul de Minas Gerais (AMHOR-UNIFAL/MG). Para este artigo, optamos por utilizar as narrativas de Sander Simaglio, Marcelo Dias, Daniela Mota e Wagner Gonçalves, que participaram ativamente do processo de construção das paradas, sobretudo, através da militância junto ao MGA.

A produção de narrativas orais é uma estratégia que o AMHOR encontrou para produzir presença a partir de experiências e práticas sociais desenvolvidas por sujeitos sociais no Sul de Minas Gerais. Na prática da História Oral, a produção e publicização de narrativas orais corrobora à ampliação do conhecimento sobre acontecimentos e fatos até então negligenciados pelo discurso oficial. Neste ponto, compreende-se a História Oral como um procedimento moderno de produção, armazenamento e difusão de narrativas orais mediadas por tecnologias de captação de áudio (MEIHY; HOLANDA, 2023). A importância da História Oral está nas suas possibilidades de alargamento dos significados contidos no passado através de sua reelaboração no presente, já que este procedimento se vale da memória entendida como um fenômeno vivo, sempre atual, que é reelaborada constantemente através das coletividades e dos “lugares de memória” (NORA, 1993).

A História Oral se torna um procedimento particularmente importante diante das ausências e silêncios relacionados à população LGBTQIA+, valorizando os sujeitos e suas subjetividades enquanto parte

integrante da realidade social. Ademais, conforme argumenta o geógrafo inglês Boyle (2020), a História Oral é uma prática política que produz memórias em coautoria, sendo estas objetos de reflexão, crítica e desconstrução, capazes de romper com a historiografia captada nas fontes escritas de registros oficiais, que só dão conta de um determinado sujeito em um ponto no espaço, em um determinado tempo considerado digno de nota.

Posteriormente, foi realizada a análise iconográfica de fotografias, recortes de jornais e revistas dos materiais impressos disponíveis no AMHOR, os quais mencionam ou fazem alusão à Parada de Alfenas. Por fim, mediante o trabalho de campo percorrendo as ruas que compõem o trajeto da manifestação, foi gerado um produto cartográfico utilizando o software QGIS, a fim de representar seu trajeto na cidade e analisar o conjunto das estratégias espaciais utilizadas pelo MGA na organização do acontecimento.

3. A rua

A rua possibilita apreender os itinerários da vida cotidiana; nela ocorre o encontro permitindo que a vida urbana se realize a partir da reunião (LEFEBVRE, 1999). Em seu movimento, a rua conecta diferentes lugares nos quais se realiza a fruição da vida, de modo espontâneo. Na medida em que permite vários tipos de encontros, de modo desordenado, a rua aciona o que outrora estava imobilizado e imóvel, faz fluir pessoas a lugares apropriados, e, em torno dela, flui a diferença.

Para Lefebvre, seria impreciso reduzir a rua para a função de circulação e passagem, mesmo que para isso o próprio analise a “obsessão” pelo automóvel e sua capacidade de “destruição da vida social e urbana” (LEFEBVRE, 1999, p. 29). Enquanto um objeto que permite a satisfação de certas necessidades, as funções da rua vão sendo modificadas a partir dos usos relativos à cultura, hábitos e costumes. No entanto, ela também os modifica, pois, ao conectar distintas temporalidades, gera articulações dos mesmos usos, qualitativamente diversos, mas, coexistentes num espaço-tempo determinado. Neste ponto, a crítica se sustenta na homogeneização dos momentos pelo tempo do mercado e do capital. Já não é o tempo do imprevisto e lugar do espontâneo privilegiados na rua, mas a complexa rede de empreendimentos organizada pelo consumo e a moral individualista. A rua torna-se mercadoria pela objetificação do valor social das coisas, separando o produto do sujeito e reduzindo-o ao valor de troca. Como afirma Lefebvre, ela se reduziu à passagem e converteu-se em rede para e pelo consumo.

A redução a qual Lefebvre menciona, é tanto presumida, como anunciada, para o aumento da circulação na rua. A produção do espaço para o consumo capitalista precisa operar a) reduzindo as diversas qualidades corporificadas nas coisas, mediante a sujeição do sujeito à sua própria reprodução social, b) onde a diversidade de objetos faz aumentar a sensação de diversidade de escolhas, mas, no entanto, é a simplificação do valor social nelas embutidas pela quantidade de mais-valia expropriada.

Ainda segundo o autor, os sentidos e significados dos espaços sociais podem ser interpretados enquanto signos. Esses signos representam tanto a força criativa da humanidade em atribuir qualidades aos espaços, tornando-os apropriados por e através do uso, como podem representar a repressão e dominação como “semiologia do poder [...] da cultura considerada globalmente ou na sua fragmentação” (LEFEBVRE, 1999, p. 55). Mesmo que o autor seja taxativo em dizer que esta perspectiva apenas coloca mais um problema em relação à própria “problemática urbana”, também considera que, assim como no urbano, o sistema de signos possui um conjunto e uma ordem, ausente no nível de seus efeitos e presente em certos graus do acontecimento.

O sociólogo Roberto DaMatta (1997, p. 42), é quem melhor sintetiza a perspectiva “semiológica do poder” no caso brasileiro: “O ponto crítico da identidade social no Brasil é, sem dúvida, o isolamento (e a individualização), quando não há nenhuma possibilidade de definir alguém socialmente por meio de sua relação com alguma coisa (seja pessoa, instituição ou até mesmo um objeto ou atividade)”.

Nesta perspectiva, o sistema de signos se realiza por referência, criando o que para o autor seria a “relação com alguma coisa”. Na medida em que a identidade social no país é baseada em sistemas cujo foco é o “isolamento (e a individualização)”, o locutor carece de consciência do lugar de onde sua fala emerge. Não possui relação com alguma coisa e/ou alguém, mesmo assim opera pela reprodução de normas e rituais sociais. Em partes, isto talvez explique os discursos que tendem a ir contra ao uso dos espaços públicos na realização das paradas, argumentando sobre seus “exageros” e os perigos para as crianças e as famílias.

Ana Fani Carlos (2007) argumenta que a hierarquização e diferenciação espacial são faces da produção desigual do espaço. No caso da rua, gerando espaços segmentados e instituindo centralidades pelo e para o capital, nas mais diversas esferas da vida, capturadas, cada vez mais, pelo cotidiano. Carlos vê na perda da

centralidade da rua, a exacerbação do consumo dirigido, que acentua o individualismo. Contudo, a clivagem ao mundo das mercadorias não está isenta de suas próprias contradições. Dessa forma, é possível depreender os resíduos criativos e virtuais que animam a rua. No momento em que sua dinâmica permite que múltiplas temporalidades aconteçam num espaço determinado, a rua se abre para o conflito e a contestação, o que, para a autora, é o momento do pensar político e do lugar da ação.

Seus múltiplos usos marcam a simultaneidade dos momentos ou a historicidade condensada em atos, gestos e olhares. Segundo Carlos (2007), a rua preserva o uso pelas festas, nas reivindicações e no encontro. Outrossim, cada tipo de uso, guardadas as suas singularidades, expõem os corpos nas ruas de maneira irremediável, em lugares públicos com certa centralidade, abertos ao acaso, mesmo que sob tutela e vigilância punitivista policial. A autora argumenta, assim, sobre as possibilidades de análise dos usos da rua e as “espacialidades das relações sociais”, que produzem sentidos e significados “na medida que expõem o vivido” (CARLOS, 2007, p. 54). Este é o ponto: a rua está para o vivido, assim como o vivido representa a condição de concretização do uso através da rua.

3.1. As Paradas do Orgulho LGBTQIA+

Parte da análise das Paradas do Orgulho LGBTQIA+ está atrelada à própria constituição do sujeito coletivo do movimento LGBTI+. O fenômeno ocorre de tal modo que, às vezes, produz uma associação direta entre a prática social do movimento e a estratégia espacial de visibilidade massiva das paradas, de maneira reiteradamente compulsória. Não é por acaso que as paradas são o primeiro elemento apontado para possíveis discursos ‘críticos’ de esgotamento das ações políticas do movimento. No entanto, na medida em que este discurso opera ostensivamente sobre o sujeito coletivo do movimento, a totalidade de suas ações são reduzidas a somente um elemento constituinte.

Ademais, é possível inverter o próprio estatuto discursivo dessa afirmação, buscando ao invés da rarefação do sujeito coletivo, um ponto de saturação histórica. Em outras palavras, as paradas enquanto estratégia espacial de visibilidade massiva, reatualizam a memória individual e coletiva do movimento, tornando-se um produto da prática social, permeado de processos políticos, culturais e históricos.

Alessandro Soares da Silva (2011), num esforço de periodização localiza a gênese dos movimentos em três registros distintos:

Os movimentos LGBTs podem ser divididos em, pelo menos, três fases bem claras: a primeira está circunscrita aos grupos e lutas desenvolvidas na Alemanha do século XIX, mais precisamente em Hanover; a segunda refere-se à fase americana dos movimentos homófilos estadunidenses entre os anos de 1924 e 1969 e a terceira inicia-se a partir dos acontecimentos de Stonewall em 28 de junho de 1969 (SILVA, 2011, p. 140).

Curiosamente, são os acontecimentos de *Stonewall* que reverberam até o presente momento, e aludem para uma espécie de “memória herdada”. Trata-se de um acontecimento violento que ocorreu no bar *Stonewall Inn*, da cidade de Nova York. Um confronto entre a polícia e os homossexuais, as pessoas trans e as *drag queens*. O contexto do acontecimento diz respeito às legislações de controle e fiscalização do fornecimento de bebidas alcoólicas em Nova York. Naquele período, havia uma licença para venda de bebidas nos bares, que não poderia ser concebida àqueles que significasse algum tipo de “desordem”. Para Patricia Cain (2000), o significante “desordem” foi interpretado como a própria reunião de gays nesses locais. Este significante produziu um tipo especial de contágio, o que garantia uma brecha dentro da legalidade para que policiais realizassem batidas nos estabelecimentos, ligando a presença das identidades aos lugares e significando-as enquanto “desordem”, isto é, passíveis de intervenção e, eventualmente, punição.

Na madrugada de 27 de junho de 1969, o que deveria ser mais uma batida policial se transformou num acontecimento violento. Diante da repressão policial acumulada, os indivíduos presentes no bar recorreram ao confronto direto, como forma de reação frente à violência policial. Isto posto, o acontecimento se estendeu até a madrugada de 28 de junho de 1969, aglutinando mais indivíduos contra as ofensivas policiais, produzindo uma resposta à altura à violência policial.

No dia 28 de junho do ano seguinte, este acontecimento foi prolongado a partir da passeata de milhares de gays, pessoas trans e *drag queens*, pelas ruas de Nova York. Inicialmente, descrito como *Christopher Street Liberation Day*, em referência explícita para a rua em que o bar está localizado (DUBERMAN, 1993).

Posteriormente, este acontecimento seria designado de Parada do Orgulho LGBTI+, hoje, com mais de 50 anos de existência.

A gênese deste acontecimento está intrinsecamente ligada aos signos da repressão e dominação, uma vez que o Estado (mediado pelo aparato policial) estabelece no domínio da troca quais lugares estão qualificados para exercer a função da circulação. De certo modo, o acontecimento estabelece uma cena em que a função do capital só pode atuar mediante a uma ideologia machista e heterossexista, ocultando de si a ira e a revolta do povo, refratadas, agora, àquilo que rompe com a circularidade da reprodução social.

No Brasil, considera-se que a marcha ocorrida nas ruas de Copacabana, no Rio de Janeiro, em 1995, após a 17ª Conferência da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Intersex (ILGA), foi o marco inicial para a instituição do modelo das paradas, à brasileira (FACCHINI, 2005).

Em 1996, no dia 28 de junho, este acontecimento é deslocado para a cidade de São Paulo, tomando a Avenida Paulista, mesmo sem autorização legal da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), o Movimento GLBT mobilizou pessoas, grupos e ativistas em prol de direitos políticos e a inclusão cidadã de suas subjetividades políticas. As pessoas presentes tomaram as ruas enquanto campo simbólico de contestação do *status quo*, segundo Ronaldo Trindade (2012).

Em geral, o movimento proposto nas paradas está sob a égide das estratégias espaciais. Jorgeanny Moreira e Carlos Maia (2017), analisando a Parada LGBT em Goiânia, Goiás, apontam para os seguintes elementos enquanto estratégias espaciais: i) símbolos do Movimento LGBTI+; ii) corporeidade e sensualidade; iii) palavras de ordem; iv) escolha do local de concentração e dispersão. Esses elementos expressam a intencionalidade dos sujeitos sociais de alcançar estados de visibilidade, tornando a rua o próprio espaço de suas existências. De modo efêmero e transitório, a totalidade dos elementos coaduna de maneira que garanta o uso daquilo que é coletivo, mas, que, por sua constituição, está regimentado por códigos e regras exteriores, que, por um lado, respaldam a violência, e, por outro, naturalizam-na como concepção de autoridade (MOREIRA; MAIA, 2017).

Os elementos apontados pelos autores funcionam na ordem simbólica através do vivido. Os símbolos do Movimento LGBTI+ são formas de qualificar os espaços sociais, de forma que o texto urbano exprima o significativo do orgulho e resistência do movimento. Na medida que funcionam (e eles funcionam!) enquanto significantes às identidades individuais e coletivas, os símbolos produzem um sentimento de continuidade e permanência. Maia e Dutra (2012) vão mais além ao apontarem que o uso dos símbolos do Movimento LGBTI+ ressignifica o espaço público, uma vez que a existência passa ser assumida de maneira pública e coletiva.

Ademais, a corporeidade e sensualidade também passam a ser entendidas como elementos positivados nas paradas, pois os corpos que fogem da linearidade do sistema sexo-gênero foram historicamente associados às perversões morais; em seguida, na epidemia de HIV/Aids, como contagiosos, como se o simples estar ao seu lado transmitisse o vírus (SOTANG, 2007). Tratou-se, portanto, de significá-los enquanto “leprosos morais”, para tomar a expressão de Erving Goffman. Na medida em que os participantes das paradas assumem seus corpos publicamente, sendo que muitas vezes aquele é o único momento em que estão autorizados a terem uma existência pública; reunidos em praças e parques, estes subvertem a estética hegemônica – profundamente conservadora e moralista.

No caso das palavras de ordem, observa-se que há ocorrência de uma justaposição com a escolha do local de concentração e dispersão. Não é nada novo afirmar que o ato de fala requer modos de ritualização. Quando inscrito num espaço determinado, ele não só reproduz uma série de códigos e normas no espaço, mas igualmente produz o espaço através dos códigos e das normas. As palavras de ordem, os locais de concentração e dispersão das paradas garantem uma certa visibilidade, acessibilidade e mobilidade aos participantes. Quase sempre realizadas em espaços de centralidade, a reiteração das palavras de ordem, produz o que Moreira e Maia (2017, p. 267) denominam de “contexto de transformação social pautada na socialidade espacial”.

Obviamente, a realização das paradas gera uma grande quantidade de lucro para o setor de serviços, como turismo, lazer e hospedagem. Em paradas realizadas em grandes cidades e metrópoles, o lucro é ainda mais visível. Toma-se o exemplo da Parada do Orgulho LGBTI+ em São Paulo. Em 2022, segundo a Prefeitura, a parada movimentou cerca de R\$764 milhões (SÃO PAULO, 2022). A taxa média de gastos entre os participantes para estadia ficou em cerca de R\$1.884,81, ou seja, valor superior ao salário mínimo brasileiro. Já em 2023, os dados do Observatório de Turismo e Eventos (OTE), o gasto médio por pessoa com estadia foi em média R\$1.106,00, estima-se que, naquele ano, a parada movimentou cerca de R\$500 milhões (OTE,

2023). A questão fica mais acentuada pelo perfil dos participantes, majoritariamente homens, brancos, cisgêneros e de classe média.

Isadora Lins França (2010) já apontava sobre as complexidades dos lugares de consumo, a partir das dinâmicas de homens que se relacionam sexualmente/afetivamente com outros homens, na cidade de São Paulo. Segundo a autora, a identidade dos sujeitos está intrincada numa complexa rede de diferenciação que ocorre a partir da segmentação dos mercados de lazer noturno.

Parece haver uma tendência de captura pelo mercado das identidades que fogem do sistema sexo-gênero. Notadamente, ocorrendo mais entre homens cisgêneros, gays, brancos e de classe média. Em certo sentido, pode-se até mesmo dizer sobre o fetichismo da mercadoria, pois quando os lugares oferecem “experiências de consumo singulares”, a abstração da forma mercadoria é subjetivada enquanto aparência ilusória. Produzir sensações é parte da lógica dos grandes conglomerados midiáticos, hoteleiros e de lazer.

Apesar da Parada do Orgulho LGBTI+ de São Paulo ocorrer no espaço público, ela não está isenta dessa contradição, principalmente, quando determinados trios elétricos são patrocinados por grandes empresas, aludindo à esfera da publicidade. Para além da própria parada, os eventos que ocorrem ao longo da semana possibilitam alta circulação de dinheiro, em eventos diurnos e noturnos, em boates, clubes e festas. Deste modo, estar e consumir em determinados espaços produz a sensação de uma identidade coerente, o que na realidade só reduz o sujeito a um signo consumível. A esse respeito, Lefebvre (1999, p. 30) comenta: “A mercadoria, tornada espetáculo (provocante, atraente), transforma as pessoas em espetáculo umas para as outras”. Ainda que sob o conflito eminente entre valor de uso e valor de troca, as paradas expressam condições concretas em sua realização.

Ao produzirem um espaço determinado, mesmo que efêmero e momentâneo, as paradas acionam diferentes escalas e formas de representação da reprodução social. Não é por acaso que, Limonad e Lima (2003), ao discutirem a ordem próxima e distante em Lefebvre, apontam que é na contradição entre diferentes escalas espaciais que o cotidiano e a totalidade aberta se apresentam, no movimento entre apropriação social e dominação, vivido e concebido; o espaço, carregado de intencionalidades, articula os simbolismos do cotidiano e as mensagens hegemônicas de poder.

3.2. A rua sob a Parada do Orgulho LGBTQIAP+ do Sul de Minas

A Parada do Orgulho LGBTQIAP+ no Sul de Minas, em Alfenas, ocorre desde o ano de 2004, organizada pelo MGA. Em 2024, ocorreu sua décima sexta edição. O MGA foi formado nos anos 2000, mas somente em 2003 foi institucionalizado como ONG. A influência do Movimento Gay de Minas (MGM), em Juiz de Fora, foi essencial para a organização da entidade sul mineira. À época, a sua institucionalização estava muito atrelada à concorrência de editais destinados aos programas de DST/AIDS, hoje concebidos como IST/AIDS. Por meio desses editais foi possível a realização de diversas edições da Semana da Diversidade e da Parada do Orgulho LGBTQIAP+ no Sul de Minas. A primeira Parada, que desperta até hoje um misto de significados na memória do grupo, ocorreu com apoio federal e municipal pelo edital CFA 075/04, do Programa Nacional de DST/Aids, do Ministério da Saúde, que repassou um recurso de R\$ 5.700,00 para I Parada do Orgulho GLTB do Sul de Minas – 2004 –, e do ofício nº 031 GSMS/2004, da Secretaria de Saúde de Alfenas, financiando R\$ 5.000,00, em material de divulgação do projeto.

Marcelo Dias atuou no MGA entre os anos 2000 e 2015, em diversos projetos, além de ter assumido a presidência da ONG, em 2012. Ele lembra que já havia interesse do grupo em realizar uma parada na cidade. Inspirados nos modelos já existente em São Paulo, Belo Horizonte e Juiz de Fora, o MGA se articulou entre visitas e reuniões ao MGM, nas quais foi estabelecido contato com uma agente do Estado e foi tomado conhecimento da verba que posteriormente possibilitaria a parada, o edital CFA 075/04.

A primeira parada... Já existia o interesse de fazer. Tinha um grupinho que queria fazer e o Sander já havia visitado outra ONG, o Movimento Gay de Minas, que era em Juiz de Fora, e aí conheceu o Oswaldo Braga e o Marquinhos, que era o presidente. Eles já faziam a parada e lá, naquele encontro, ele conheceu a coordenadora do estado de Aids. E aí teve um edital sobre Aids e teve uma sobra de recurso. Nessa sobra houve uma indicação para o MGA, para se fazer a primeira parada. Aí houve apoio da Prefeitura, que na época contratou um trio elétrico. Na época a gente morria de medo de não ir ninguém, mas foi muito legal!... (MARCELO DIAS, informação verbal, 2019)

Marcelo, em suas lembranças, evidencia a importância da articulação em escalas desenvolvida pelo MGA. Mesmo que não seja enfático, o entrevistado traz em sua narrativa três instâncias em diferentes

escalas: O MGM, uma ONG que possui uma espacialização de maneira mais regionalizada na zona da mata, sobretudo, após a criação da Federação Mineira de Homossexuais; a coordenadoria de DST/Aids, enquanto um agente mediador de interesses do Estado, com funções em escala nacional; e a Prefeitura de Alfenas, que, na esfera local, foi tensionada pelo MGA à corroborar com a realização da parada. É claro que o acontecimento significou mais do que o contato formal entre diferentes sujeitos sociais, mas também não significa que o momento não possibilitou uma oportunidade. Para Marcelo, por exemplo, o significado daquela ocasião estava mais atrelado ao medo e à insegurança. Sem dúvidas, os significados contidos em sua narrativa evocam de maneira refratada a rua, pelo medo de ocupá-la e não haver presença alguma, o que representa também o medo do não reconhecimento.

Sander Simaglio, um dos idealizadores do MGA, e, até o presente momento, membro ativo do movimento, tendo grandes passagens na presidência da ONG, também carregava o medo e a insegurança sobre a primeira parada. Mas, diferente de Marcelo, sua lembrança não estava associada completamente ao medo do não reconhecimento, mas, sim, à forma como a população iria reconhecer aquele acontecimento.

Joseli Maria Silva (2007) argumenta que a cultura em pequenas cidades está muito atrelada às relações de pessoalidade, de maneira que essas relações exerçam controle através de regras e códigos que segmentam a vida coletiva. Em espaços públicos, como a rua, a pessoalidade marca a forma como os indivíduos vão construindo suas redes de relações, podendo ser afetivas, de parentesco e de respeito. Muito embora nosso interesse não seja de classificação do porte da cidade, o que demandaria uma série de análises considerando os aspectos ligados a rede urbana, estrutura produtiva, situação geográfica do município e outros fatores ligados a fluxos de pessoas e mercadorias. Nota-se que, como argumentam Branquinho e Silva (2021), apesar de Alfenas ter um importante papel na rede urbana, polarizando municípios menores através dos serviços de educação, saúde e o comércio, a divisão do trabalho nesta região, sobretudo a partir da produção cafeeira, também implica na reprodução das relações de produção ao nível do vivido. Ou seja, em diferentes espaços da cidade existe o predomínio de relações baseadas na moral herdada de tempos pretéritos, por influência de instituições, como a Igreja católica, mas também pelas formas de socialização implicadas nas relações de produção, como a produção cafeeira baseada em um *ethos* rural, cada vez mais diluído pela tecnologia e pelo urbano.

Amaral (2022) ao estudar a produção do bairro Pinheirinho, em Alfenas, confirma a tendência da particularidade do lugar ligado ao modo de vida rural, mostrando que, no cotidiano dos moradores, existem temporalidades ligadas ao rural, seja pela mão de obra ligada a produção cafeeira, a presença de animais típicos do rural (como vacas, porcos e cavalos), além das relações interpessoais dos moradores, baseadas na convivência e pessoalidade, como na típica pergunta “Você é filho de quem?”.

É neste sentido que se pode afirmar que a vida privada se torna pública nas ruas de cidades como Alfenas, pois o formalismo e o anonimato são rarefeitos em lugares onde imperam relações de convivência e proximidade. Sander observa esse movimento ao lembrar que naquele momento “a cidade ia saber do movimento”:

Eu achava que se fossem dez pessoas ia ser ridículo... “Gente, vamos fazer!” ... Uma agência de publicidade, do meu amigo, Alonso, fez o cartaz. Colocou uma mão dele, pôs a bandeira no fundo da mão: Primeira parada gay de Alfenas, 2004... A gente teve muita preocupação, muito medo!... Era a primeira vez que a cidade ia saber do movimento... Até então era reunião às portas fechadas, o jornal... A cidade aceitará ou não aceitará?... Até que chegou o dia... Mandeí esticar a bandeira de cinquenta metros no chão... “Tá aqui a nossa parada gay” ... Aquilo foi lotando, foi lotando, foi lotando! Gente assistindo à parada gay! Pai, mãe, filho... Era necessário fazer um discurso sobre o dia mundial do orgulho LGBT, a questão do HIV... Eu falava e via a reação... Gente batendo palma, indo embora... “Inclusive a gente tá percebendo que muita gente veio aqui pra conhecer. É tudo muito novo. É isso mesmo! É natural a reação de vocês. Vocês vão reparar em quem são os gays da cidade, em quem está assumindo aqui pela primeira vez, botando a cara a tapa... Nós somos filhos desse país! A bandeira nacional também tem que nos proteger. Cidadania, diversidade” ... Fui falando disso tudo!... (SANDER SIMAGLIO, informação verbal, 2019).

No ano de 2004, o tema escolhido para a Parada foi “*Venha ser você mesmo*”. A narrativa de Sander parece refletir esse momento, pontuando sobre como o evento tornaria públicas as identidades daqueles e daquelas que lá estavam. Foram vários os temas que remetiam quase sempre à totalidade do contexto e seus efeitos no cotidiano. A título de exemplificação, tem-se: em 2009, “*A gente merece o respeito do país. Afinal, no arco-íris também tem verde e amarelo*”; em 2010, “*Sem homofobia, mais cidadania, igualdade*”.

todo dia"; em 2011, "*Nossa família não é diferente da sua*"; e, em 2023, "*Resistir para existir*". Em termos de linguagem, é interessante notar como os temas da parada evocam o Estado-nação e seus símbolos. Ao mesmo tempo, os temas acusam implicitamente a nação pela exclusão compulsória de seus cidadãos devido à orientação sexual e de gênero.

O espaço em sua linguagem deveria ser expresso pela diversidade, mas, contraditoriamente, é veiculado um discurso sobre o espaço nacionalista, no qual, ser um cidadão brasileiro, seria assumir uma posição heterossexista. César Martínez (2018) afirma que no interior de cada nação são produzidos esquemas de identificação dos sujeitos no território, quase sempre ligados à normalização e vigilância dos corpos, formando uma rede complexa de práticas e discursos de governo dos corpos, sobretudo às minorias sexuais, raciais, étnicas e pobres, que, no limite, funciona como um aparato de inclusão excludente.

Desde a sua primeira edição, o ponto de aglomeração da Parada em Alfenas é na Praça Getúlio Vargas, escolhido estrategicamente, pois trata-se de um espaço de centralidade da cidade, onde se localizam diversos serviços especializados e, sobretudo, está entre dois espaços ordenadores da vida social, a igreja e a praça pública. Na **Figura 1** é possível ver que o trajeto da Parada vai do eixo norte ao sul, de modo retilíneo pela rua Francisco Mariano, até chegar à rua Américo Totti, perpendicular à Francisco Mariano, para que, no final, siga pela Av. José Paulino da Costa, uma das saídas da cidade, e, também, ponto de dispersão do acontecimento.

O ponto de concentração entre a praça e a igreja no centro da cidade possibilita que o acontecimento provoque um estado de consciência. Ele mescla, de maneira desigual, o sagrado e o profano, e, como uma atividade ritualística, torna-se meio de reafirmação social do grupo. Ocorrendo no domingo, a circulação das ruas da cidade é bem reduzida, no entanto, os espaços escolhidos são frequentados por famílias e moradores ao redor. Obviamente, o horário da parada influencia muito na adesão e na participação, começando às 12h, com término aproximado às 22h. No espaço de concentração fica o trio elétrico por onde ocorre a enunciação das palavras de ordem e os discursos dos militantes, além de contar com um palco para os shows de *drag queens*.

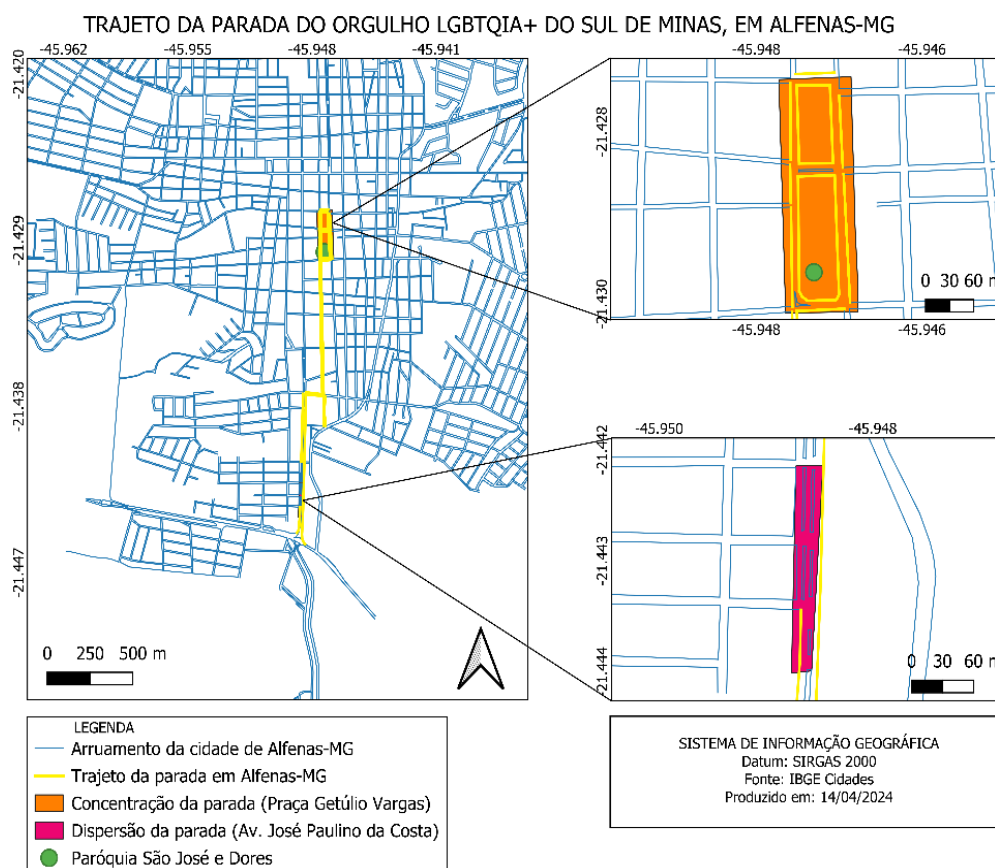


Figura 1: Trajeto da Parada do Orgulho LGBTQIA+ do Sul de Minas, em Alfenas (MG). Autor: ALVES NETO, 2024.

O ponto de concentração ainda marca a convergência e divergência de um sistema de circulação. Para Maria Encarnação Sposito (1991), o centro é o elemento que promove o deslocamento e a interação de indivíduos em torno de atividades específicas. O centro nem sempre é definido como centro geográfico, e não deve ser definido a priori como lugar histórico onde se desenvolve a cidade. Contudo, no caso de Alfenas, o centro geográfico possui forte ligação com a função do centro, sobretudo em termos de circulação de pessoas e capitais. Neste sentido, o centro de Alfenas se expressa como uma centralidade, não apenas como um ponto fixo, mas como uma condição e um exercício de representação. Para Branquinho, Machado e Mini (2023), a cidade de Alfenas caracteriza-se por ser monocentralizada, com a função do centro cada vez mais terciária, desconcentrando a população local para as periferias e aumentando a especulação imobiliária, o que impacta em maior deslocamento alterando, assim, a mobilidade da população. Para os autores, o fato de a cidade ser monocentralizada não significa que não haja outras centralidades, mas apenas que o centro da cidade exerce um maior poder de circulação e diversificação de atividades em relação às outras regiões.

No momento de concentração é onde ocorrem as palavras de ordem, proferidas por membros do MGA, agentes do poder público, e, algumas vezes, convidados da ONG. Além disso, também ocorrem os shows de *drag queens* e *gogo boys*, com músicas tocadas no trio elétrico. Em certo momento, o trio elétrico segue o percurso da Rua Francisco Mariano em direção ao sul, na Av. José Paulino da Costa. O trajeto é embalado por músicas, por onde os participantes acompanham o trio elétrico.

Grosso modo, o trio elétrico sai de uma área central para uma área pericentral, predominantemente, residencial. Existe no entorno alguns poucos estabelecimentos comerciais, mas a maioria está fechado já que a Parada ocorre domingo. Na zona pericentral há o predomínio da função residencial, “habitados por uma população que pode ser caracterizada como de classe média” (AMORIM FILHO; SENA FILHO, 2005, p. 68).

A realização da Parada reconfigura parcialmente a circulação da cidade, já que as vias são ocupadas pela multidão. De modo análogo, fissura a própria história da formação territorial da cidade, levando em consideração que o projeto da praça e da igreja foram formulados em relação à burguesia cafeeira, segundo Marcos Lobato Martins (2013). Mesmo que hoje haja acesso por diferentes camadas da população, este acesso ainda é ligado ao consumo ou a serviços, como ir ao banco, salão de beleza, manutenção de aparelhos domésticos, por exemplo. No entorno da praça existem poucos estabelecimentos voltados à venda de bebidas, possibilitando maior atuação de vendedores ambulantes, mas, em geral, os participantes acabam comprando bebidas em outros estabelecimentos e armazenando em caixas térmicas, no intuito de reduzir gastos.

Wagner Gonçalves, ex-militante do MGA, narra sobre a importância e os desafios em relação às primeiras paradas. Ao lembrar dos momentos, reforça a importância do trabalho coletivo enquanto ferramenta de apoio e afirmação da identidade.

Naquela época era preciso ter força, coragem! As meninas trans fazendo um show, correndo risco, numa sociedade ainda conservadora! Risco mesmo!... O movimento até tinha uma bandeira, mas ela não era o mais importante. Abrir a bandeira lá na parada realmente, só Deus sabe o que tem de significado pra nós!... Pegar uma agulha e costurar metros e metros... Não é só uma bandeira, não é só uma costura... Não são só metros e metros... É respeito! E você vinha alinhavando aquela bandeira rasgada, de várias Paradas, eu, você, ele... Todo mundo juntando, a gente dando risada... Sabe? Aqueles meninos olhando um pra cara do outro e pensando: “É a nossa vida!”. Somos nós! A sociedade precisa enxergar a gente e entender que nós não somos coisa, não! (WAGNER GONÇALVES, informação verbal, 2019).

Símbolos como a bandeira do orgulho LGBTQIA+ representavam a concretização do desejo de transformação social pelo grupo. Até meados de 1970, o símbolo de luta que predominava entre grupos gays da Alemanha e Estados Unidos era o triângulo rosa, como uma alusão à identidade coletiva dos indivíduos mobilizados, também, em referência a trauma do holocausto, já que o triângulo rosa foi utilizado para marcar gays e lésbicas nos campos de concentração nazistas. A criação da bandeira do arco-íris como se conhece hoje ocorreu em 1978, por Gilbert Baker a pedido da organização da Parada do Orgulho de São Francisco. Segundo Baker (2008), a criação da bandeira do arco-íris foi uma estratégia de superação do trauma causado pelo nazismo, representando assim a libertação de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Suas oito listras horizontais coloridas representam os seguintes conceitos; rosa choque representa a sexualidade; o vermelho a vida; o laranja a cura; o amarelo o sol; o verde representa a natureza; o turquesa representa a arte; índigo representa a harmonia; e o violeta representa a espiritualidade. Mas é apenas em 1989 que a bandeira

passa a ser reconhecida internacionalmente como símbolo oficial do movimento pela *International Association* (Rapp, 2015).

Ao longo da história houve a criação de novas bandeiras em relação às identidades sexuais e de gênero, como a bandeira do movimento trans e travesti, com duas faixas horizontais azuis nas extremidades, para representar a ideia de “meninos”, duas faixas rosas, que representam “meninas” e uma faixa branca para representar pessoas não-binárias; a bandeira bissexual, com rosa na parte superior representando a atração pelo mesmo gênero, o azul, na parte inferior, desrepresentando a atração pelo gênero diferente de si mesmo, com uma faixa lilás ao meio, que representa a bissexualidade; a bandeira lésbica representada com sete tons de rosas, etc.

Sem dúvidas, a rua tornou-se um veículo potente para que a sociedade enxergasse o grupo de maneira humanizada, para além da abjeção. Mesmo não afastando o fantasma do conservadorismo, estender a bandeira em meio às ruas da cidade marcam um tempo e espaço determinados. Na esfera do vivido, o momento também representa a potência do uso dos espaços de forma inventiva, que causa o inesperado e uma desorientação por quem vê e participa do acontecimento. Na **Figura 2** é possível visualizar a Paróquia São José e Dorcas, ao fundo, contrastando com a bandeira do orgulho e a multidão atenta ao trio elétrico.



Figura 2: I Parada do Orgulho GLBT do Sul de Minas, 2004 (Arquivo AMHOR).

Primordialmente, estar visível nas ruas e utilizá-la como estratégia espacial de visibilidade também gera contestações. Em 2010, Pedro Alencar Azevedo representante do “Movimento dos Machos de Alfenas”, fez uma solicitação à Câmara dos Vereadores de Alfenas, exigindo a mudança do local da parada. Em sua alegação, o representante diz: “Solicitar alteração no local onde é realizada a Parada gay, para um local mais apropriado, devido à apologia que é feita ao homossexualismo (sic) no local. Obs.: Não sou contra a Parada Gay, mas a mesma (sic) influencia (sic) crianças e adolescentes em sua escolha sexual” (REVISTA DIVERSIDADE, 2010, p. 20). Obviamente, o pedido foi indeferido pela casa, além, é claro, da aclamação em prol do MGA pelos vereadores presentes e demais instituições da cidade, como a OAB/Alfenas e Associação Comercial e Industrial de Alfenas. Em 2025, esta mesma pessoa teve seu mandato de vereador cassado por quebra de decoro parlamentar, sendo indiciado e preso por lesão corporal qualificada, ameaça e injúria contra sua ex-companheira, além da posse ilegal de arma e munição (G1 SUL DE MINAS, 2025).

Inicialmente, o discurso do representante rechaça o acontecimento da esfera pública – a rua – e constitui um espaço de abjeção. Seu discurso é uma contradição performativa, na medida em que, para negar o uso das ruas, que cortam a Praça Getúlio Vargas, primeiro, seu discurso precisou afirmar que certos usos impactam na dinâmica do local/lugar, e, no limite, rompem representações do cotidiano programado. O que surpreende é a abnegação da sua própria culpa, ao sugerir um “local mais apropriado” para que a Parada ocorra. Não é simplesmente uma questão semântica um grupo se reunir sob a denominação de Movimento dos Machos de Alfenas, mesmo sendo de forma pontual contra o MGA. Na realidade, isso é materialmente determinado. O sujeito do movimento é, ele próprio, o substantivo e o adjetivo que qualifica a cidade, produzindo o seu lugar nas relações sociais ao manifestar a defesa paternalista às crianças e aos adolescentes contra os perigos do contágio do “homossexualismo”. Além, é claro, de utilizar a denominação “homossexualismo” para

descrever a identidade sexual dos participantes da Parada como uma questão de doença, não como legitimação da individualidade do sujeito.

A despeito da repressão heterossexista, as Paradas do Orgulho LGBTQIA+ do Sul de Minas continuam existindo incontestavelmente. Sander faz questão de afirmar que todos os projetos desenvolvidos pelo MGA, sobretudo, as paradas, só ocorreram por intermédio de verbas públicas:

Todos os projetos que estão entrevistando, a mim, a outras pessoas [...] todos, sem nenhuma exceção, todos foram concorrência pública! Ninguém falou assim: “Ah, eu amo MGA, vou dar dinheiro para eles”. Não existe isso, ou existia. Era tudo edital de concorrência pública: lançava o edital... só que o que era bacana? Que era específico para ONG LGBTs! Hoje não existe isso mais, não existe. (SANDER SIMAGLIO, informação verbal, 2023).

A possibilidade da captação de verbas públicas mostra como no interior do Estado relações contraditórias podem coexistir. Sander não nega que o dinheiro possibilitou que os projetos ocorressem, mas certamente recoloca a questão em termos de concorrência e profissionalismo.

As paradas representam diretamente uma questão de classe porque as pessoas que lá estão possuem uma classe, e, por conseguinte, estão inscritas de maneira concreta nas relações de produção. Ainda é importante afirmar que a realização dos projetos do MGA e das paradas, mediante verba pública, atende a um público específico. São sujeitos e sujeitas em processos de marginalização, alocados nos circuitos econômicos de forma precária: mulheres trans e travestis que sonham construir seus corpos para exteriorizar o gênero; sujeitos em busca de tratamento de HIV/Aids vindos das secretarias de saúde das pequenas cidades ao entorno de Alfenas; e jovens que buscam perspectivas de educação e trabalho para além do mercado informal.

O cisheterossexismo produz esquemas de visibilidade entre sujeitos e nos sujeitos para garantir que, diante do sistema capitalista (mas não somente), seja maximizada sua utilidade e docilidade, inclusive reiterando o lugar social dos sujeitos. Ambos reiteram a situação de marginalidade, pois, a visibilidade produz a dimensão simbólica que possibilita que o sujeito tenha um lugar nas relações sociais, já a reprodução social das relações de produção, organiza a dimensão material que o sujeito ocupa e deve se ocupar para sobreviver. Ninguém se torna visível se sua presença não representar um momento da acumulação do capital.

Nestes meandros, as paradas também podem se converter em momentos de acumulação de capital. Maia e Dutra (2012), ao estudarem a *Rainbow Fest*, em Juiz de Fora/MG, argumentam que mesmo a partir da conclamação da diversidade, o evento produz um espaço segregado a partir de vendas para acesso aos shows e eventos da *Rainbow*, sob o pretenso argumento de segurança ao público, mesmo com todo o evento sendo financiado com verba pública:

Desta maneira, a Cidade *Rainbow* é vista como um local seguro para as práticas homoeróticas, uma vez que o espaço onde ocorre a festa é privado e as pessoas não se sentem expostas, como ocorre na festa da rua, ou seja, na parada [...] Assim, mesmo com ou exatamente em virtude da diversidade, na *Rainbow Fest* há uma autosegregação espacial, com predominância de público diferente [...] Mesmo na parada, notamos microterritórios que são criados, e, inclusive, a tentativa de “privatizar” o espaço em torno dos trios, com a venda de abadá, conforme ocorrido em 2010, sob o pretexto de maior segurança, principalmente para as lésbicas que participam da parada, segundo depoimento do organizador. Essa tentativa que não se repetiu na parada de 2011 (MAIA; DUTRA, 2012, p. 89).

Nas paradas de Alfenas existem dois exemplos semelhantes para o que os autores denominam de “autosegregação espacial”, na realidade, são eventos que ocorrem antes e depois da parada, que, segundo o MGA, servem para arrecadar fundos. Esses eventos são festas noturnas que ocorrem em lugares da cidade com maior concentração de renda, no bairro Vila Teixeira, no eixo sul da cidade e a oeste do ponto de dispersão da parada. Além disso, é um bairro relativamente afastado dos pontos de transporte público, o que dificulta a mobilidade urbana.

A mobilidade urbana é algo suscitado por meio da ocorrência das paradas. Enquanto uma modalidade da apropriação do espaço, a mobilidade urbana cria condições de possibilidade para o encontro e a reunião. Neste percurso, a rua tomada por intenções de satisfação pessoal e pela sujeição coletiva, torna-se apropriada, uma vez que o deslocamento pelos sujeitos sociais nas ruas rompe o ordinário no instante em que suas corporeidades estão demasiadamente expostas, transmitindo mensagens de luta, revolta e raiva, mas,

igualmente, de força, alegria, desejo e transformação social. Em segundo lugar, no momento em que os sujeitos se colocam nas ruas, em torno da coletivização do comum, eles acionam um tipo de despossessão. A rua é do coletivo, pública, parte essencial de nossa vida corpórea em sociedade. Ela é a própria “atividade apropriativa”, para tomar a expressão de Lefebvre (2006), e, ao mesmo tempo, é o suporte material que possibilita a ação de apropriação. Com isso, a Parada é um momento em que a rua deixa de ser predomínio dos automóveis, da lógica individualista pautada no consumo dirigido e burocrático, como quis Lefebvre. Muito embora, isso ocorra de maneira negociada e parcial, pois a reprodução das relações sociais de produção recoloca o cotidiano nos trilhos: na segunda-feira a rua é novamente dos automóveis.

Daniela Motta, que já realizou shows de *drag queen* na parada de Alfenas, além de estampar os cartazes da XII edição do acontecimento, em 2017, sob o tema “*Transexual e Respeito: debaixo do silicone bate um coração*”, narra como as paradas construíram uma noção de luta em sua vida: “A parada significa sustentação. A militância significa que somos capazes de lutar, conquistar e conseguir! Significa que podemos fazer o melhor a cada dia e não sermos discriminadas por nascermos diferentes. Luta constante e vitória!” (DANIELA MOTTA, informação verbal, 2019). Sustentação, neste sentido, é a capacidade de articular o suporte material à vida coletiva. A rua é o suporte material ao qual a vida coletiva se reafirma e é por meio dela e por ela “que somos capazes de lutar, conquistar e conseguir!”.

É possível sugerir que a estratégia espacial de visibilidade massiva envolta nas paradas também sofre um processo de recontextualização, pois os problemas já não são somente a invisibilidade da experiência ou a crescente epidemia de HIV/Aids. Isto não significa dizer que a invisibilidade e a Aids foram superadas, pelo contrário. Mas, na medida em que o Movimento LGBTI+ foi crescendo e se articulando pelo território brasileiro, outras agendas foram surgindo. Facchini (2012), por exemplo, já apontava sobre a importância da interiorização do movimento e a interseccionalidade de seus sujeitos, sugerindo, que, quanto mais robusto ele fosse, mais capilaridade teria nos territórios, sobretudo para superar a visão de representatividade pautada no homem cisgênero, gay e branco. Assim, a agenda política do movimento passa também a se referir à empregabilidade de mulheres trans e travestis, acesso a equipamentos de saúde, evasão escolar involuntária entre pessoas trans e travestis, e, principalmente, à taxa crescente de assassinatos de pessoas LGBTQIA+ no país (BENEVIDES, 2023).

Na realidade, mesmo que muitas verbas públicas surjam com o intuito de atuar sobre o campo das infecções sexuais, na prática, os sujeitos coletivos se articulam em relação às suas próprias demandas, o que novamente não significa negar a realidade, mas sobre ela atuar de forma humanizada, no sentido de que a totalidade dos corpos LGBTQIAP+ não se resume à invisibilidade e/ou ao contágio.

Não é mais possível pensar em salvar Prometeu, sem que seja garantida a liberdade de Dionísio. Em outras palavras, garantir o valor de uso por meio e a partir da rua é uma questão de restabelecimento do próprio uso. A festa é precisamente o momento em que o sujeito ordinário faz do lugar o desencadeamento do espetacular. A grande questão é a forma como a consciência subordina o momento, operando pela reversão do seu sentido, voltando ao estado de ordem das coisas. Como DaMatta (1998) argumenta, a vida diária deixa de operar quando a rua é tomada pela festa. O caráter festivo das paradas promove a politização das ruas e dos sujeitos, pois ao elevar a contradição entre essência e aparência, valor de uso e valor de troca, revela seu conteúdo histórico, decantado no cotidiano, como um vislumbre à possibilidade do uso dos corpos e dos prazeres na cidade e pela cidade.

Esses dias fui dar uma fala sobre por que tem *gogoboy* nas Paradas. Por que tem *drag queen* nas Paradas? Por que a parada é naquele formato? Por que tem que ter DJ com música eletrônica? Porque é uma cultura LGBT! Igual tem uma cultura Santos Reis, do bastião de máscara, uma cultura do Congado, que é uma saia de ráfia tal, tem a cultura gay que é a *drag queen*, que é o *gogo boy*, que é a bandeira do arco-íris, que é o trio elétrico... Todo mundo dançando, todo mundo alegre, todo mundo feliz!! Todo mundo feliz não significa que é só uma festa. É uma forma de protesto desse movimento e é uma forma de protesto que deu muito certo!! A festa é uma forma, assim como o carnaval é um protesto. [...] Que aquilo é cultura nossa e tem que ser respeitada, da mesma forma que o movimento LGBT. (SANDER SIMAGLIO, informação verbal, 2023).

Sander, ao narrar com expressividade as formas como as paradas se apresentam ao público, coloca em questão o papel da cultura. De certa forma, as paradas representam uma manifestação da contracultura, não entendida nos moldes dos movimentos da década de 1970-1980, mas, sim, como disputa e tensionamento das relações de poder. Quando o acontecimento toma a festa como maneira de protesto, os sentidos do lugar – a rua – conectam demandas vindas do imediato e do mediato. Expor os corpos pelas ruas não significa somente uma expressão de descontentamento; ao invés disso, é pela condição de exposição dos corpos na rua que se pode questionar como as relações de uso são estruturadas de forma cada vez mais privada. No contexto da

realização das paradas, a sujeição coletiva entre os presentes possibilita a retomada do corpo ante o espaço abstrato.

A visão de Lefebvre sobre a rua ir se convertendo para o espaço de consumo não abandona a virtualidade da reunião, do encontro, do inesperado e do inventivo. Sua crítica, na realidade, é sobre um consumo que não satisfaz necessidade alguma, na medida em que se baseia na neurose de apropriação do tipo possessiva, uma modalidade individualista que obriga a participação nos circuitos econômicos mediante o investimento massivo na e pela mercadoria.

Quando este consumo não se realiza na mercadoria tem-se a culpa por parte do indivíduo, um formato de moralização que ele faz em si próprio por não participar ativamente dos lugares de consumo. No entanto, este mesmo indivíduo é integrado de uma forma ou outra no circuito econômico, já que a sua atividade produtiva é convertida em dinheiro para garantir a reprodução social das relações de produção; isto é, ele vende sua força de trabalho nos mesmos espaços em que é impedido de consumir, por e a partir da abstração da forma mercadoria. As centralidades das praças públicas e das ruas nos centros das cidades fazem convergir justamente a neurose manifesta e a virtualidade da reunião.

A espacialização das ruas de Alfenas, por meio das Paradas do Orgulho LGBTQIAP+ do Sul de Minas, evoca tanto o sentido do consumo dos lugares, quanto a apropriação inventiva. Quando este acontecimento se coloca na centralidade do espaço urbano, é visível que a justaposição entre mundo da mercadoria e da apropriação inventiva emergem como lutas.

Embora o acontecimento levante dissensos na memória coletiva dos participantes, é inegável que sua ocorrência requalifica o urbano ao abrir frestas para indagar a quem pertence aquele lugar. Neste sentido, a festa é o exato momento em que ocorre a politização da vida e da rua por meio da reivindicação de estados outros de existência. Carlos (2007) é assertiva quando diz que o momento da festa e da reivindicação conservam a função do encontro nas ruas. É nesta direção que podemos sugerir o potencial latente das paradas como momento de uso e possibilidade de inversão do valor de troca ao valor de uso, ou seja, um consumo voltado para realização humana num tempo espaço apropriado.

4. Considerações finais

No ano de 2025, a Parada do Orgulho LGBTQIA+ do Sul de Minas marcou sua 21ª. edição. Sua existência temporal é atravessada por relações espaciais que fazem convergir momentos de diferentes ordens. Sugerimos, durante o artigo, que a historicidade das paradas é atravessada por um acontecimento violento, em que diferentes agentes sociais buscam através do conflito cristalizar formas de uso e acesso aos espaços. A rua surge precisamente como lugar onde o imprevisto faz emergir questionamentos sobre como ocorre o processo de ordenação social e de reprodução social, ora reificado, ora prazeroso.

Nas memórias dos antigos e atuais membros do MGA, organizar-se em torno de estratégias de visibilidade massiva nos anos 2000 foi fundamental para a consolidação da ONG. Sobretudo, possibilitou a articulação em diferentes escalas em torno de demandas voltadas à dignidade humana. O uso de editais públicos foi uma tática no interior da estratégia que permitiu relacionar demandas vindas do Estado com os próprios interesses do grupo, e, na medida que esses interesses não eram necessariamente os interesses do Estado, houve processos de reapropriação. É basilar compreender que o Estado de direito dentro da ótica das relações de gênero e sexualidade possibilitou o avanço considerável em matéria de reconhecimento da diversidade humana. No entanto, é importante destacar que o reconhecimento muitas vezes estava atrelado à própria noção de vulnerabilidade, que não representava uma diferenciação entre diferentes formas de opressão, mas, a sobreposição destas, mediante a forma compulsória do contágio.

O ritual social imposto nas paradas mostra o potencial da população LGBTQIAP+ em produzir um veículo comemorativo, que expresse a diversão e a revolta, mesmo que de maneira efêmera, transitória e momentânea. Vinte anos e um depois, a Parada em Alfenas permanece criando fissuras em meio à instituição heterossexista e ao sistema capitalista, pois rompem com o ordinário. Mesmo reproduzindo um formato que se estende a mais de 50 anos, é importante considerar que essa capacidade mnemônica só se realiza num tempo-espaço determinado. A escala da ação importa. A forma como a cidade organiza e é organizada pelo acontecimento, importa mais ainda.

Agradecimentos

Agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pela concessão da bolsa de mestrado que permitiu a realização deste estudo. (coloquei em negrito só para ressaltar o texto)

Referências

- AMARAL, D. L. F. **A produção do espaço no bairro do Pinheirinho - Alfenas/MG**. 2022. 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2022.
- AMORIM FILHO, O. B.; SENA FILHO, N. **A morfologia das cidades médias**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.
- AMORIM FILHO, O. B.; SERRA, R.V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T.A., SERRA, R.V. (org.) **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p.1-34.
- BAKER, G. Oral History. **Under the Rainbow**: oral histories of gay, lesbian, bisexual, transgender, intersex and queer people in Kansas. TAMIN, A. 19 JUL. 2008.
- BENEVIDES, B.G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025.
- BOYLE, M. Oral history. **International Encyclopedia of Human Geography**, 2. ed, v. 1, p. 7-11, 2020. DOI:10.1016/B978-0-08-102295-5.10300-2
- BRANQUINHO, E. S.; SILVA, E. A. (Re)estruturação das cidades médias do Sul de Minas Gerais: uma análise morfofuncional comparativa de Alfenas e Poços de Caldas. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 31, n. 2, p. 3, 2021. DOI: 10.5752/P.2318-2962.2021v31n2p3
- BRANQUINHO, E.; PEREIRA, M. N.; TAVARES MINI, A. A relação centro-periferia e a formação de novas centralidades em Alfenas-MG. **Boletim Alfenense de Geografia**, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 134–158, 2023. DOI: 10.29327/243949.3.6-9
- CAIN, P. A. **Rainbow Rights**: the role of lawyers and courts in the lesbian and gay civil rights movement. Boulder: Westview Press, 2000.
- CARLOS, A.F.A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.
- DAMATTA, R. **A casa e a Rua**: espaço, cidadania, mulher e a morte no Brasil. 5 ed.-Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DUBERMAN, M. **Stonewall**. New York: Open Road Integrated Media, 1993.
- FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas** - Estudos gays: gêneros e sexualidades, [S. l.], v. 3, n. 04, 2012.
- FRANÇA, I.L. **Consumindo lugares, consumindo nos lugares**: homossexualidade, consumo e produção de subjetividades na cidade de São Paulo. 2010. 301 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1611465>. Acesso em: 30 abr. 2024.
- G1 SUL DE MINAS. **Câmara de Alfenas cassa mandato do vereador Pedrinho Minas Acontece por quebra de decoro parlamentar**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2025/05/22/camara-de-alfenas-cassa-mandato-do-vereador-pedrinho-minas-acontece-por-quebra-de-decoro-parlamentar.ghtml>>

JORNAL DOS LAGOS. **Domingo é dia de parada**. Alfenas, 2007.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Fev. 2006. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf>. Acesso em 17 maio. 2024.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LIMONAD, E.; GONCALVES DE LIMA, I. Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir da obra de Henri Lefebvre. In: LIMONAD, E. (Org). **Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante**: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre. Niterói: UFF/GECEL, 2003a. 103 p. p. 15-33.

MAIA, E. S.; DUTRA, G. Liberdade, diversidade e excessos sob as cores do arco-íris: reflexões sobre a rainbow fest juizforana. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 32, n. 2, p. 71–92, 2012. DOI: 10.5216/bgg.v32i2.21078

MARTINEZ, C. A. F. Espaços distorcidos: feminismos, teorias queer e geografias. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 40, p. 52–67, 2018.

MARTINS, M.L. Plantar, pasturar e fiar na Vila Formosa de Alfenas, MG: décadas de 1850-1890. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 43, n. 2, p. 397–429, 2013.

MEIHY, J.C.S.B.; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2. ed. 11ª reimpressão, 2023.

MOREIRA, J.F.R.; MAIA, E.S. Estratégias espaciais na parada lgbt em Goiânia, Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 37, n. 2, 2017. DOI: 10.5216/bgg.v37i2.49155

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7-28, dez.1993.

OBSERVATÓRIO DE TURISMO E EVENTOS. **Parada do Orgulho LGBTQ+ 2023**: relatório de monitoramento, 2023. Disponível em: <<https://observatoriodeturismo.com.br/wp-content/uploads/2023/08/RELATORIO-PARADA-LGBT-2023.pdf>>

RAPP, L. **Symbols**. Encyclopedia of Gay, Lesbian, Bisexual, Transgendered & Queer Culture. 2015. Disponível em: < http://www.glbtqarchive.com/arts/symbols_A.pdf>

SÃO PAULO. **26ª Parada do Orgulho LGBTQ+: Movimentação financeira gerada pelo evento atingiu R\$764 milhões**, 2023. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/turismo/noticias/?p=335279#:~:text=26%C2%AA%20Parada%20do%20Orgulho%20LGBT,da%20Cidade%20de%20S%C3%A3o%20Paulo>>

SILVA, A. S. Memória, consciência e políticas públicas: o papel das Paradas do Orgulho LGBTQ e a construção de políticas inclusivas. **Revista Electrónica de Psicología Política**, v. 9, n. 27, p. 112-137. 2011

SILVA, J. M. Cultura e territorialidades urbanas - uma abordagem da pequena cidade. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2007.

SONTAG, S. **A doença como metáfora**: Aids e suas metáforas. São Paulo: Companhia de Bolso. 2007.

SPOSITO, M.E.B. O Centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**. UNESP. S. Paulo. p.1-18. 1991.

TRINDADE, R. O mito da multidão: uma breve história da parada gay de São paulo. **Revista Gênero**, v.11, n.2, p. 73-97. 2012. DOI: <https://doi.org/10.22409/rg.v11i2.332>



BY



NC



SA

Este artigo é distribuído nos termos e condições do *Creative Commons Attributions/Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual* (CC BY-NC-SA).